A POLÍTICA INTERNACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: INTERSECÇÃO ENTRE A UNESCO E A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Meire Helen dos Santos Lima
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
meire.helen123@hotmail.com

Kellcia Rezende Souza
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
kellciasouza@ufgd.edu.br

Introdução

A educação tem se configurado enquanto pauta política na agenda internacional nas últimas décadas e adquirido função estratégica nas relações de cooperação entre os países. No entender de Saraiva (2001), o elo de cooperação entre países não se limita apenas as proximidades geográficas, mas, também, as aproximações identitárias do ponto de vista da colonização. Nesse caso, o idioma em comum português tem se constituído uma importante dimensão de cooperação internacional entre os países lusófonos. Os autores esclarecem que ao compartilharem o elo de colonização em comum pelo mesmo país, essas nações se aproximam em laços históricos e culturais. É contexto que foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A CPLP, foi criada no dia 17 de julho de 1996, e tem em sua composição a representação de nove países, chamados de estados-membros. Sendo eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O objetivo dessa comunidade é promover a aproximação, estreitando os laços de cooperação político-diplomática em diversas áreas dentre as nações lusófonas. (Saraiva, 2001).

Nessa vertente, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a política de alfabetização nos Planos Estratégicos da Cooperação educacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a sua intersecção com a Declaração Mundial da Educação de Incheon da A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Para tanto, subsidiada por uma abordagem quanti-qualitativa, foi realizada uma pesquisa documental, no qual o corpus de análise correspondeu a:

Declaração de Incheon 2015; os Planos Estratégicos de cooperação educacional da CPLP (2015 a 2020; 2022 a 2026). Os dados foram interpretados pelos conteúdos, mediante a categoria da alfabetização.

A alfabetização na agenda internacional

A Unesco, nas últimas décadas, tem se tornado um ator global de bastante influência para as políticas educacionais nacionais. Um documento que representa o protagonismo da Unesco é a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, sendo a mais recente e em vigência a declaração decorrente da Conferência de Incheon na Coreia do Sul em 2015. Esse documento ficou, popularmente conhecido, como a Declaração de Incheon (Souza e Kerbauy, 2018).

A Declaração de Incheon estabeleceu, a partir de um compromisso firmado com mais de 100 países, diversas metas para contemplar várias dimensões do direito à educação para serem alcançadas até o ano de 2030, dentre elas, a alfabetização. A alfabetização na agenda internacional para a educação básica assume um papel significativo, pois proporcionará as aquisições das competências e habilidades imprescindíveis para a vida. A alfabetização é fundamental como condição elementar do processo formativo e, por isso, “tem representação essencial no alcance a meta de garantia da educação básica para todos” (Gontijo, 2014, p. 08).

Logo, então, a Alfabetização é uma das pautas da política educacional. A alfabetização, no entender de Mortatti (2010) é compreendida pelo ato de ensinar a ler e escrever em língua materna, desde a fase inicial de escolarização dos alunos. É representada por um processo heterogêneo e multiforme. Modelado e determinado por ações humanas e políticas.

Além das diretrizes educacionais firmadas em escala global, como a Declaração de Incheon, os países passaram a pactuar políticas no âmbito de organizações internacionais menores, como é ilustrado pela CPLP. A pauta educacional é tratada nas reuniões do Conselho de Ministros de Educação dos países membros e é normatizada por meio de projetos, planos estratégicos e programas desenvolvidos em países lusófonos. A partir de 2015 foram sistematizados dois planos contendo objetivos e estratégias que constam a intenção de registrar o compromisso de cooperação multilateral entre os países lusófonos (Bortot; Scaff; Souza; 2023).

Resultados e Discussão

Na Declaração de Incheon, a alfabetização foi reforçada enquanto etapa formativa prioritária, peça chave para assegurar o direito à educação. Os pontos estratégicos expressos no documento são a criação de políticas que preconize a alfabetização ainda na educação infantil e que contemple a proposta de alfabetização bilíngue, midiática, digital e sobre a perspectiva de observação de boas práticas de ensino da alfabetização. Para isso, aconselha que os governos nacionais e locais, se empenhem em realizar cooperação com instituições, organizações que estejam interessadas em realizar esses acordos de cooperação nos domínios da alfabetização. Souza e Kerbauy (2018) ilustram o interesse da própria Unesco nesse processo.

Já no primeiro Plano Estratégico de Cooperação da CPLP (2015-2020) verificamos a presença da alfabetização de forma muito sucinta como um objetivo específico que ressalta a demanda e a relevância do papel e do alcance da língua portuguesa permitindo o acesso a todas as pessoas por meio da alfabetização. Logo, estabelece como propósito a ampliação do acesso a partir da universalização da oferta do ensino primário, com o destaque para a alfabetização de jovens e Adultos.

No segundo Plano Estratégico de Cooperação em Educação (2022 a 2026) é evidente o salto quantitativo referente as menções sobre a importância da alfabetização para os povos lusófonos pois, a Alfabetização, não figura mais apenas como um objetivo específico, mas, sim, passa a ser o tratada como um eixo prioritário, inclusive, o primeiro apresentado. O texto normativo desse plano, quanto a alfabetização, é permeado de intencionalidade, no qual trata a melhoria da qualidade, do reconhecimento de boas práticas de alfabetização e reforça a educação de jovens e adultos. Dentre as estratégias, são enfatizadas as oficinas de boas práticas em alfabetização entre os países.

Percebe-se, então, nos planos da CPLP uma característica de reprodução da Declaração de Incheon, na medida em que reforça a necessidade da intencionalidade de políticas educacionais de alfabetização respaldadas em boas práticas, o que pode representar uma redução simplista de “fórmulas” hegemônicas de processos formativos alfabetizadores.

Considerações Finais

Desde a década de 1990 intensificaram os debates no âmbito de instituições supranacionais resultando, assim, na produção de uma agenda de diretrizes internacionais para a área da educação. Nesse cenário, em abrangência global, destaca-se a Unesco e no tocante as nações lusófonas a CPLP. Ambas as instituições estabeleceram a alfabetização com uma dimensão estratégica das suas políticas educacionais.

Diante do exposto, os documentos analisados apontam que a intersecção entre a Unesco e a CPLP tem como eixo a prioridade da alfabetização na agenda educacional e reforçam na sua implementação que as políticas tenham como referências boas práticas. As boas práticas tendem a representar uma transferência de modelos alfabetizadores. Por isso, salientamos a necessidade das políticas alfabetizadoras na CPLP se caracterizarem como instrumentos de emancipação contra hegemônico, já que a própria entidade foi criada no contexto de tensionamento geopolítico de contraponto as decisões verticais, historicamente, predominantes no cenário internacional.

Referências

BORTOT, C. M.; SCAFF, E. A. da S.; SOUZA, Kellcia Rezende. Atuação dos organismos multilaterais para a governança global: Difusão e transferência de políticas educacionais. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, 2023.

GONTIJO, C. M. M. A centralidade da alfabetização nas políticas mundiais de educação no século XXI. In: GONTIJO, C.M.M. **Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais**. Coleção Educação Contemporânea. 1 ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2014. p. 160.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2010, v. 15, n. 44, pp. 329-341.

SARAIVA, J. F. S. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. O direito à educação básica nas declarações sobre educação para todos de Jotiem, Dakar e Incheon. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 668-681, maio/ago., 2018.